



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Ano XV - nº 285 - Porto Alegre, sexta-feira, 23 de outubro de 2020

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

DIREÇÃO DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 1012/2020

Altera as alíneas "a" e "c" do inciso II do art. 2º, e, o § 1º do art. 3º; revoga o § 2º do art. 3º renumerados §§ 3º e 4º para §§ 2º e 3º da Portaria nº 983, de 19-10-2020.

O DIRETOR DO FORO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS/SC e DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o acolhimento do pleiteado, pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina por meio do Ofício 1141/20-GP de 19-10-20, alusivo ao tratamento de casos urgentes,

RESOLVE:

Art. 1º As alíneas "a" e "c" do inciso II do artigo 2º da Portaria 983/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

II - (...)

a) aos Magistrados, **(ii)** aos membros do Ministério Público, da Advocacia da União e Procuradores, da Defensoria Pública, **(iii)** aos membros da Advocacia Privada, **(iv)** aos Peritos, Partes, Servidores e Estagiários que demonstrarem necessidade de participação na prática de ato judicial presencial ou semipresencial previamente designado pela vara alusiva ao processo no qual o ato será realizado. Cabe a cada unidade judiciária remeter, com antecedência mínima de dois dias úteis salvo casos urgentes, ao Setor de Segurança (naop.direcao@jfsc.jus.br) a nominata dos ingressantes, data/hora e local da realização do ato, a fim de agilizar a entrada ao prédio e evitar aglomeração na Portaria;

b) (...)

c) Fora dos casos previstos nos incisos I, II "a" e "b" susos, a entrada no prédio-sede depende de autorização prévia, **(i)** seja dada pelo Diretor do Foro da Seção (mediante pedido formulado por intermédio do e-mail df.direcao@jfsc.jus.br com justificativa, encaminhada pela Chefia, com antecedência mínima de dois dias úteis salvo casos urgentes, indicando-se nome completo, data, horário e unidade de

lotação) tal como até aqui regradada na Portaria DF 341/2020, **(ii)** seja decorrente de agendamento feito de forma não-presencial (telefone, e-mail, etc), cabendo, à unidade que agendar remeter, com antecedência mínima de dois dias úteis salvo casos urgentes, ao Setor de Segurança (naop.direcao@jfsc.jus.br) a nominata dos ingressantes de que trata esta alínea, a fim de agilizar a entrada ao prédio e evitar a aglomeração na Portaria;

(...)

Art. 2º O § 1º do artigo 3º da Portaria 983/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

§ 1º Não solucionada a questão pela via digital e/ou havendo necessidade de contato presencial, utilizar-se-á o agendamento prévio com a unidade judiciária e/ou administrativa envolvida, a qual, após agendar, compete remeter, com antecedência mínima de dois dias úteis salvo casos urgentes, ao Setor de Segurança (naop.direcao@jfsc.jus.br) a nominata dos ingressantes, data/hora e local da realização do ato, a fim de agilizar a entrada ao prédio e evitar aglomeração na Portaria.

Art. 3º Fica revogado o § 2º do artigo 3º, da Portaria 983/2020, renumerados seus §§ 3º e 4º para §§ 2º e 3º:

~~§ 2º Para situações e pedidos urgentes/excepcionais recomenda-se encaminhamento via Sistema SEI.~~

§ 2º Nas Subseções Judiciárias do interior, caberá a cada Diretor do Foro local estabelecer, no que couber, o regramento.

§ 3º A fim de agilizar a implantação da ferramenta Agenda (em desenvolvimento), já tendo o NTI cadastrado Diretores de Secretarias e SAJAs, determino ao NTI, no prazo de dez dias, considerar tais servidores como equipe inicial no sistema e estabelecer o agendamento como serviço inicial obrigatório, consabido que apenas o cadastramento das unidades não suprem as necessidades dos profissionais da Advocacia.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Alcides Vettorazzi, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina**, em 21/10/2020, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5337958** e o código CRC **7D81D3A0**.